



Temas Abordados: Campanha Mundial “Construindo Cidades Resilientes, Plataforma Global para a Redução do Risco de Desastres – Sendai e a sua integração com Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, Conferência das Partes da CMNUCC - Acordo de Paris, Habitat III e a Cúpula Humanitária para a resiliência a desastres.

PUBLICAÇÃO: 28/11/2018



Prefeitura lança o Plano Verão 2019 nesta quarta-feira

Ações de conscientização nas comunidades e nas escolas municipais, treinamento das equipes de resposta às ocorrências causadas pelas fortes chuvas, além da apresentação dos planos de contingência do município para a estação e também suas matrizes de atividades e responsabilidades: a prefeitura lança nesta quarta-feira (28.11) o Plano Verão 2019 de Petrópolis, às 14h, na Casa dos Conselhos Augusto Zanatta. O conjunto de atividades do governo municipal contempla as principais ameaças deste período: deslizamentos de terra, inundações, rolamentos de blocos rochosos, vendaval e tempestades de raio. O objetivo do trabalho antecipado e organizado é minimizar os efeitos das mudanças climáticas no município, além de aperfeiçoar o atendimento da população em caso de desastre.

Os números mostram a necessidade da organização dos órgãos para o próximo verão: no último ano, os índices de chuva cresceram 120% e a quantidade de ocorrências registradas subiu 48%. Com 234 áreas de risco alto ou muito alto – equivalente a 18% do município - e um déficit habitacional de 12 mil casas, a prefeitura considera fundamental que as ações tenham como foco a prevenção aos desastres de origem natural.

Segundo o secretário de Defesa Civil e Ações Voluntárias, coronel Paulo Renato Vaz, a pasta organizou treinamentos e simulados com o objetivo de aperfeiçoar a resposta dos órgãos em caso de tragédia. Também fazem parte do Plano Verão municipal os projetos SOS Chuvas e o Rio Limpo.

Os cinco planos de contingência e suas matrizes de responsabilidade estão disponíveis para a população no site da prefeitura de Petrópolis www.petropolis.rj.gov.br.

Calendário de visitação aos pontos de apoio

Começa na quinta-feira (29.11) as visitas aos pontos de apoio dos bairros que apresentam maior risco geológico e hidrológico e a entrega das cartilhas de prevenção aos desastres de origem natural. O calendário da Defesa Civil segue até o dia 18 de dezembro e acontece nas 12 comunidades que contam com as sirenes do Sistema de

Alerta e Alarme: Gentio, Buraco do Sapo, 24 de Maio, Alto da Serra, Bingen, Dr. Thouzet, Independência, Quitandinha, São Sebastião, Sargento Boening, Siméria e Vila Felipe.

Os pontos de apoio precisam estar abertos para atenderem a população no momento em que a sirene. A organização destes locais é parte fundamental do trabalho de resposta, permitindo que a população permaneça em um local seguro até que se retorne à normalidade.

FONTE: <http://www.petropolis.rj.gov.br/pmp/index.php/imprensa/noticias/item/11508-prefeitura-lan%C3%A7a-o-plano-ver%C3%A3o-2019-nesta-quarta-feira>



Formatura da Primeira turma de Agentes Voluntários em Defesa Civil

Os formandos aprenderam a dar apoio no combate de incêndios e queimadas

A Defesa Civil de Rio Preto realiza na noite desta quarta-feira, dia 21, cerimônia de formatura da Primeira Turma de “Agentes Voluntários em Defesa Civil”.

O evento ocorrerá no auditório do 9º andar da Prefeitura a partir das 18h30. Serão 35 os voluntários formados.

O curso durou seis meses. Os formandos aprenderam a manusear extintores, dar apoio no combate a queimadas e incêndios, assim como os protocolos de atuação em casos de emergências e grandes catástrofes.

Estão habilitados a dar apoio às equipes de emergências, mediante acionamento do Plano de Chamada em qualquer hora e dia. A Defesa Civil pretende manter a cultura do voluntariado formando uma nova turma em 2019, assim tornando a população mais resiliente.

FONTE: SMCS Rio Preto

FONTE: <https://www.folhaderiopreto.com.br/noticia/1153/formatura-da-primeira-turma-de-agentes-voluntrios-em-defesa-civil>



Dominica: Enfrentando os desastres climáticos através de transferências de renda para sistemas de proteção social

Por Regis Chapman, chefe do escritório, Programa Mundial de Alimentos (WFP) Barbados (Preparação e Resposta do Caribe)

Os desastres relacionados ao clima e suas terríveis consequências para a população vulnerável estão nos forçando a repensar a assistência humanitária. Cada vez mais, o apoio de agências de assistência é solicitado em países onde eles tradicionalmente não operam, pressionando ainda mais os recursos já limitados para reduzir a pobreza e acabar com a fome. Uma solução emergente é transferir dinheiro e, com isso, conhecimento técnico, por meio dos sistemas nacionais de proteção social existentes, para ajudá-los a expandir sua capacidade de responder a choques futuros. O sucesso da resposta de emergência na Dominica, no ano passado, mostra que um modelo de “proteção social sensível ao choque” pode ser o caminho a seguir.

Quando o furacão Maria, um dos mais devastadores do Caribe em mais de uma década, caiu na ilha de Dominica em setembro de 2017, matou 31 pessoas e praticamente destruiu este pequeno paraíso ecológico ao lado das francesas Guadalupe e Martinica. No espaço de poucas horas, a maioria das pessoas ficou sem telhado, a infraestrutura básica do país foi demolida, a rede de eletricidade e telecomunicações parou de funcionar e os principais portos foram bloqueados. Era uma ilha sitiada por uma paisagem que lembrava uma zona de guerra para usar as palavras do primeiro-ministro Roosevelt Skerit em seu discurso à Assembléia Geral das Nações Unidas após o desastre.

Ninguém na comunidade humanitária esperava que Dominica fosse atingida tão severamente a ponto de precisar de assistência internacional significativa. A ilha é um país de rendimento médio-alto com receitas de turismo, onde as agências de ajuda humanitária e de desenvolvimento, como o Programa Mundial de Alimentos, não estavam presentes. No entanto, considerando a escala da destruição, o governo pediu apoio para ajudar as pessoas mais afetadas. Esperando que o Haiti seja atingido, o PMA construiu um estoque de suprimentos de emergência e após o furacão Irma, que atingiu o Caribe poucos dias antes de Maria, um centro logístico foi estabelecido em Antígua, ambos essenciais quando Maria atingiu a Dominica. Biscoitos de alta energia e, em seguida, rações alimentares mais completas foram inicialmente distribuídas, a infraestrutura de transporte e a cadeia de fornecimento foram restabelecidas,

Um mês depois, um programa conjunto de transferência de renda foi estabelecido entre o Ministério de Serviços Sociais, Família e Gênero (MSSFGA) e o WFP para fornecer dinheiro para quase 25.000 pessoas (quase 40% da população) através de um mecanismo de proteção social conhecido como o Programa de Assistência Pública (PAP), que dá apoio regular às pessoas mais vulneráveis. Os fundos suplementares foram concedidos a todos os beneficiários já registrados no programa PAP, e fundos adicionais foram alocados à população mais afetada, não previamente inscrita no PAP. O valor da transferência foi calculado levando em consideração o tamanho médio da família, o custo mensal da cesta básica e, em parceria com a UNICEF, o custo de fornecer às crianças alimentos suficientes e nutritivos, bem como roupas, higiene, educação e qualquer outra necessidade básica. Isso ajudou as pessoas a começar o longo processo de retorno a uma vida normal. O total de transferências em dinheiro do PAM totalizou

US \$ 3 milhões ao longo de quatro meses, além dos US \$ 790.000 fornecidos pelo Governo e US \$ 700.000 do UNICEF para cobrir as necessidades específicas das crianças.

O PMA já havia implementado e defendido essa abordagem de proteção social sensível ao choque antes na região da América Latina e, agora, no Caribe, identificou a necessidade de assistência técnica na Agência Caribenha de Gerenciamento de Emergências em Desastres (CDEMA), uma organização intergovernamental estabelecida. mecanismo de cooperação com 18 Estados participantes. Consequentemente, iniciou um projeto sub-regional focado em quatro áreas principais de apoio: gerenciamento e análise de informações, gerenciamento de ponta a ponta da cadeia de suprimento e telecomunicações de emergência, proteção social sensível ao choque e adaptação às mudanças climáticas e financiamento de risco.

Para citar novamente o primeiro-ministro Skerrit, “antes deste século, nenhuma outra geração havia visto mais de um furacão de categoria 5 em sua vida. Neste século, isso aconteceu duas vezes e, notavelmente, aconteceu no espaço de apenas duas semanas”. Infelizmente, não impediremos a ocorrência de furacões, mas podemos garantir que o impacto sobre as pessoas seja reduzido, e podemos fazer isso investindo na preparação dos sistemas do governo.

FONTE: <http://news.trust.org//item/20181106152106-g7c0v/>



Programa de Desenvolvimento
das Nações Unidas

Adaptação às mudanças climáticas na Europa e na Ásia Central

Com um impressionante progresso de desenvolvimento nas últimas duas décadas, os países da região da Europa e da Ásia Central (ECA) estão preparados para um crescimento econômico e social significativo. As alterações climáticas, no entanto, ameaçam minar décadas de ganhos de desenvolvimento e colocar em risco os esforços para erradicar a pobreza. Lutar contra as mudanças climáticas deve ser fundamental para os esforços de redução da pobreza e sustentar o desenvolvimento.

Os países da CEA estão prontos para integrar e acelerar as ações de adaptação às mudanças climáticas. Adaptar-se proativamente a um clima em mudança ajudará a construir nações resilientes, promover economias fortes e proteger vidas e meios de subsistência. A promoção de uma ação climática forte protegerá a segurança na região, aumentará os esforços para erradicar a pobreza e promover uma maior inclusão social.

Esta publicação explora as lições aprendidas em mais de uma década de trabalho com governos locais e nacionais para construir e implementar projetos de adaptação às mudanças climáticas na região. Os estudos de caso destacados nesta publicação fornecem uma visão geral abrangente do apoio do PNUD à resiliência climática na CEA de 2005 a 2017. Esses projetos impulsionados por países se beneficiaram dos recursos

financeiros e técnicos de vários doadores, incluindo o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), Fundo de Adaptação (AF), Fundo Verde para o Clima (GCF), União Europeia (UE) e doadores bilaterais.

FONTE: <http://www.undp.org/content/undp/en/home/librarypage/climate-and-disaster-resilience-/climate-change-adaptation-in-europe-and-central-asia.html>



Reforçar a resiliência através de programas de proteção social: nota de orientação

Esta nota de orientação ressalta a importância de fortalecer a mudança climática e a resiliência a desastres por meio de programas de proteção social e propõe uma estrutura de trabalho para programas de proteção social para oferecer resultados de resiliência - redução de riscos, fortalecimento da capacidade de adaptação e aprimoramento de estratégias de gerenciamento de riscos residuais. Os impactos adversos de riscos de início lento e de início rápido.

O risco climático e de desastres está aumentando na região da Ásia e do Pacífico, exacerbando as vulnerabilidades existentes e criando novas vulnerabilidades. Os efeitos adversos são sentidos principalmente pelos pobres e vulneráveis. Os programas de proteção social, quando projetados com considerações de risco climático e de desastres em mente, fornecem oportunidades aprimoradas para fortalecer a resiliência ao clima e aos desastres.

FONTE: <https://www.adb.org/sites/default/files/institutional-document/412011/resilience-social-protection-guidance-note.pdf>

EVENTOS



Especialistas debatem em Brasília uso de materiais abertos para ensino e pesquisa

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) no Brasil, em cooperação com o Ministério da Educação e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), reunirá nos dias 28, 29 e 30 de

novembro, em Brasília (DF), representantes da educação e pesquisadores do Mercosul para discutir uma agenda conjunta de trabalho em torno dos Recursos Educacionais Abertos (REA) do bloco formado por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

Os REA são materiais de ensino, aprendizado e pesquisa em qualquer meio disponível no domínio público, que foram disponibilizados com licenças abertas, que permitem acesso, uso, redestinação, reutilização e redistribuição por terceiros.

O termo REA foi aprovado durante o Fórum Mundial realizado na sede da UNESCO, em Paris, em 2002. Quinze anos depois, os Recursos Educacionais Abertos entraram definitivamente na agenda de governos e instituições interessados em promover valores como equidade, qualidade e inclusão na educação, cumprindo o Objetivo 4 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

Além de especialistas internacionais, também são convidados para o evento gestores públicos de estados, municípios e organizações brasileiras para conhecer os temas tratados e produzir, em conjunto, propostas e políticas públicas para o avanço do REA na região. Devido ao limite de convidados e espaço físico, os momentos de plenária serão transmitidos ao vivo pelo canal oficial da CAPES no YouTube.
<https://www.youtube.com/channel/UC8Q3CRCvSld1eJsoyQvTzxc>

No primeiro dia, o foco dos debates que acontecem no auditório da CAPES será a sensibilização de gestores públicos brasileiros para a importância dos Recursos Abertos para a democratização da educação e do conhecimento. Nos dois dias seguintes, representantes de Ministérios da Educação do Mercosul estarão reunidos para apresentar iniciativas, políticas e projetos em torno dos REA, identificar práticas de sucesso, possíveis lacunas e, a partir daí, construir uma agenda de cooperação conjunta, firmando compromisso no âmbito dos países que compõem o bloco internacional de livre-comércio na América do Sul.

O evento também marca o lançamento da publicação Gestão da Educação Pública com o Uso da Tecnologia Digital: Características e tendências, produzida pela UNESCO. Na ocasião, a publicação será apresentada pelo coordenador de Comunicação e Informação da UNESCO no Brasil, Aduino Soares, às 12h15, do dia 29.

Recursos Educacionais Abertos

O Congresso Mundial da UNESCO sobre Recursos Educacionais Abertos, ocorrido em 2012, resultou na Declaração REA de Paris, que convocou governos a implementar políticas de educação aberta como incentivo e promoção dos REA.

Em 2017, o Congresso Mundial da UNESCO sobre o assunto resultou no Plano de Ação de Liubliana 2017 e em um Compromisso Ministerial assinado por 11 países, entre eles o Brasil, com base nas orientações da Declaração de Paris (2012).

FONTE: <https://aberta.org.br/evento-rea-mercosul-no-brasil/>



Mestrado Em Ciências Ambientais Com A Ciência Do Risco De Desastres

Descrição

O Mestrado em Ciências Ambientais com Ciência de Risco de Desastres é um mestrado baseado em pesquisa composto por uma dissertação completa. Esta qualificação enfatiza a natureza multissetorial e multidisciplinar da redução do risco de desastres. Indivíduos com interesse em abordar questões de risco de desastre através de um enfoque de desenvolvimento devem ser aplicados.

Requisito de Admissão

Qualquer diploma de Honra ou Diploma Superior de Technicon Nacional e experiência de trabalho apropriada em um nível de NQF 8. O número de admissões é limitado e o comitê de programa avaliará todas as inscrições de mérito acadêmico com uma média de 65%. O acesso à Internet e e-mail é obrigatório.

Frequência

Anual

Cobertura geográfica

Global

Duração

A duração do curso é de 2 a 3 anos (período integral ou parcial). Títulos de dissertações devem ser registrados dentro de seis meses após o registro.

Procedimento de aplicação

Inscriva-se online: <http://studies.nwu.ac.za/postgraduate-studies/higher-degree-admissions>

Taxa de matrícula e custo

PUK-studyfees@nwu.ac.za para qualquer consulta financeira.

Contato

Entre em contato com o Sr. JC van Rooyen (+27 18 299 4069 ou 21150079@nwu.ac.za) ou com a Sra. Maria Raubenheimer (+27 18 299 4249)

FONTE: <http://natural-sciences.nwu.ac.za/acds/msc>



Doutor em Filosofia na Ciência com Ciência de Risco de Desastres

Descrição

O doutorado em Ciência do Risco de Desastres é um PhD baseado em pesquisa composto por uma tese completa.

Requisito de Admissão

Mestrado em Ciências e experiência de trabalho adequada ao nível do NQF 9. O número de admissões é limitado e o comité do programa avaliará todas as candidaturas em mérito académico. O acesso à Internet e e-mail é obrigatório.

Frequência

Anual

Cobertura geográfica

Global

Duração

A duração do curso é de 3 a 4 anos (período integral ou parcial). Títulos de dissertações devem ser registrados dentro de seis meses após o registro.

Procedimento de aplicação

Inscreva-se online aqui .

Taxa de matrícula e custo

PUK-studyfees@nwu.ac.za para qualquer consulta financeira.

Contato

Entre em contato com o Sr. JC van Rooyen (+27 18 299 4069 ou 21150079@nwu.ac.za) ou com o Prof. Dewald van Niekerk (+27 18 299 1620 ou dewald.vanniekerk@nwu.ac.za).

FONTE:<http://natural-sciences.nwu.ac.za/acds/phd>

INFORMAÇÕES

PROMOTOR BRASIL

<http://www.unisdr.org/campaign/resilientcities/Home/viewalladvocates#page-3>

CAMPINAS RESILIENTE - OBSERVATÓRIO

<https://resiliente.campinas.sp.gov.br/observatorio>

INFORMATIVOS UNISDR

<http://www.eird.org/camp-10-15>

PREVENTIONWEB

<http://www.preventionweb.net/english/>

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

<http://www.mi.gov.br/web/guest/cidades-resilientes>